

**Ficha de Unidade Curricular**  
**CURSO DE Mestrado em Direito e Prática Jurídica**

**Ano letivo:** 2022/2023, 1.º Semestre

**Unidade curricular**

Direito da Arbitragem e da Mediação I – turno da noite.

**Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular**

Tiago Soares da Fonseca

1 aula semanal de 2 horas (num total, previsto, de 11 aulas)

**Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular**

*Não aplicável.*

**Objetivos de aprendizagem** (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Domínio teórico-prático de conhecimentos especializados em meios extrajudiciais de resolução de conflitos. Dentro destes, com especial relevo para a arbitragem no Direito português

## Conteúdos programáticos

### PARTE I OS MEIOS DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS

1. Introdução
2. Noção
3. Negociação
4. Mediação
5. Conciliação

### PARTE II ARBITRAGEM

#### Capítulo I Enquadramento geral

6. Noção geral da arbitragem
7. Fontes
8. Vantagens e desvantagens da arbitragem
9. A arbitragem voluntária e a arbitragem necessária
10. A arbitragem institucionalizada e a arbitragem *ad hoc*
11. Natureza jurídica da arbitragem. Teorias
12. Distinção da arbitragem de outros meios alternativos de resolução de litígios

#### Capítulo II Teoria geral da convenção de arbitragem

13. Noção e base legal
14. Modalidades
15. Delimitação de outras figuras
16. Partes
17. Formação
  - 17.1. *A declaração negocial*
  - 17.2. *A forma da declaração*
18. As cláusulas contratuais gerais
19. Conteúdo
  - 19.1. *Considerações gerais. Critérios*
  - 19.2. *Limites legais*
  - 19.3. *Elementos eventuais*
  - 19.4. *Situações específicas*
    - a) *A arbitrabilidade de situações não litigiosas*
    - b) *A arbitrabilidade dos litígios societários*
    - c) *Segue. A convenção arbitral estatutária*
    - d) *A arbitrabilidade da impugnação da decisão arbitral*
- 19.8. *A redação da convenção arbitral*
- 19.9. *Cláusulas de resolução de litígios escalonadas*
20. Autonomia da cláusula compromissória
21. Efeitos
  - 21.1. *Em relação às partes*

21.2. *Em relação a terceiros. Extensão da obrigação a terceiros*

22. Da desvinculação da convenção arbitral por insuficiência económica/insolvência de uma das partes

23. Transmissão

24. Natureza jurídica

### Capítulo III

#### **Os árbitros e o tribunal arbitral**

25. Constituição do tribunal arbitral. Considerações gerais

26. Características dos árbitros

27. Natureza jurídica da designação dos árbitros

28. Deveres e direitos dos árbitros

29. Composição do tribunal

30. Processo de designação dos árbitros

31. Aceitação ou recusa do encargo

32. Recusa de árbitro

33. Incapacitação, inação e renúncia do árbitro.

34. Nomeação de árbitro substituto

35. Responsabilidade dos árbitros

### Capítulo IV

#### **A competência do tribunal arbitral**

36. A convenção de arbitragem e a competência dos tribunais arbitrais

37. A regra da *Kompetenz-Kompeten*

38. A competência dos tribunais estaduais

### Capítulo V

#### **Partes e terceiros**

39. Noção de partes e de terceiros no processo arbitral

40. A intervenção de terceiros em processo arbitral

41. Vantagens e desvantagens da intervenção de terceiros

42. Os terceiros no processo arbitral

### Capítulo VI

#### **Providências cautelares e ordens preliminares**

43. As providências cautelares na arbitragem voluntária

44. Ordens preliminares.

45. A ordens de abstenção judicial

## Capítulo VII

### **O processo arbitral**

- 46. Considerações gerais
- 47. Princípios e regras do processo arbitral
- 48. O processo arbitral
- 49. A prova no processo arbitral
- 50. A transação. Remissão

## Capítulo VIII

### **A Decisão Arbitral**

- 51. Enquadramento geral
  - 51.1. *Espécies*
  - 51.2. *Natureza jurídica da decisão*
  - 51.3. *Decisão tomada por tribunal arbitral coletivo*
  - 51.4. *Prazo para proferir a decisão*
  - 51.5. *Forma e conteúdo da decisão*
  - 51.6. *Critérios de decisão*
  - 51.7. *Encerramento do processo*
  - 51.8. *Retificação e esclarecimento da decisão*
  - 51.9. *Efeitos da sentença*
  - 51.10. *Publicidade da decisão arbitral*
- 52. Impugnação
  - 52.1. *Da arbitrabilidade da impugnação da sentença arbitral*
  - 53.3. *Recorribilidade da decisão*
  - 52.4. *Anulação da decisão arbitral*
- 53. Execução
  - 53.1. *A decisão arbitral como título executivo*
  - 53.2. *Tribunal competente*
  - 53.3. *Instrução do processo*
  - 53.4. *Execução da decisão arbitral impugnado*
  - 53.5. *Liquidação de sentença arbitral genérica*
  - 53.6. *Fundamentos de oposição à execução*

**Parte III**  
**A TRANSAÇÃO**

Capítulo I  
**Direito Positivo**

1. Noção e elementos
  - 1.1. *Conflito jurídico ou litígio*
  - 1.2. *Recíprocas concessões*
2. A transação nas classificações tradicionais dos contratos
3. Modalidades

Capítulo II  
**Doutrina Geral**

4. Forma
5. Capacidade e representação
6. Conteúdo. Limites
  - 6.1. *A indisponibilidade do direito. Situações específicas*
  - 6.2. *A transação sobre questões respeitantes a negócios jurídicos ilícitos e ilegais*
7. Efeitos
  - 7.1. *Inter partes*
  - 7.2. *Efeitos relativamente a terceiros*

Capítulo III  
**Transação e processo**

8. Processo Cível
9. Processo Arbitral

**Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular**

Os conteúdos programáticos percorrem os vários campos problemáticos dos meios de resolução em análise. Em particular, os pontos mais relevantes, do ponto de vista contratual, da realização do Direito consubstanciado pela arbitragem e pela transação.

**Metodologias de ensino (avaliação incluída)**



É feita uma prelação inicial introdutória pelo docente, acompanhada de *power point*, seguida de exposições pelo docente, em *power point*, acompanhando o programa, com possibilidade de debate e intervenção dos alunos.

As aulas terão momentos expositivos e momentos práticos – predominantemente de resolução e discussão de casos debatidos em Tribunal.

Avaliação (para além do exame escrito obrigatório, ponderando 50% da nota):

a) Presença mínima em metade das aulas ministradas;  
b) Apresentação de trabalho escrito de aprofundamento de um tema sobre a matéria do programa.

- Mediante solicitação previa do aluno e autorização do docente, pode ser apresentado trabalho escrito fora do programa, desde que relacionado com Direito da Arbitragem e da Mediação;

- O trabalho escrito deve ser entregue, o mais tardar, na penúltima aula do curso, em papel e também por mensagem eletrónica, em formato *word*;

- O trabalho escrito do aluno deve ter, quanto do texto, entre 9.500 e 12.000 palavras;

- O trabalho escrito deverá ser apresentado em folha A4, numerada, espaço margem inferior e superior de 2,5 cm e margem laterais de 3 cm. Quanto ao texto, deve ser no tipo de letra *campria*, tamanho 12, e espaçamento entre linhas de 1,5.

### **Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular**

A metodologia seguida permite identificar os principais problemas jurídicos envolvidos e tratar dos temas abrangidos pelo programa, desenvolvendo as capacidades críticas e de investigação dos alunos, mediante a escolha dos temas, a preparação das exposições e os debates.

A exposição dos mesmos é um estímulo à assimilação progressiva dos conteúdos e ao exercício da capacidade (jurídica) de aplicação de normas gerais e abstratas a situações concretas. A exposição de casos práticos, com a possibilidade de intervenções, assegura o desenvolvimento e aprofundamento crítico de matérias específicas.

A apresentação de trabalho escrito, permite o aprofundamento de um aspeto da matéria.

A realização de um exame final escrito permite consolidar a matéria e apreciar a sua apreensão, na globalidade, pelo aluno.

## Bibliografia (principal)

### ARBITRAGEM (GERAL)

- AAVV – *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, 5.<sup>a</sup> edição, coord. Dário Moura Vicente, APA, Almedina, 2021;
- AAVV – *Lei da Arbitragem Voluntária*, coord. Mário Esteves de Oliveira, Almedina, Coimbra, 2015;
- BARROCAS, MANUEL PEREIRA – *Manual de arbitragem*, 2.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2013;
- CORDEIRO, António Menezes – *Tratado da Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2015;
- MARTINEZ, Pedro Romano – "Soluções alternativas de resolução de conflitos, em especial a arbitragem", *Estudos em Memória do Prof Doutor L. Saldanha Sanches*, Coimbra Editora, 2011, pp. 859-897;
- MONTEIRO, António Pinto/SILVA, Artur Flamínio da/MIRANTE, Daniela – *Manual de Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2019 (reimpressão);
- OLIVEIRA, Elsa Dias – *Arbitragem voluntária: uma introdução*, Almedina, Coimbra, 2020.

### MEDIAÇÃO (GERAL)

- LOPES, Dulce/PATRÃO, Afonso – *Lei da Mediação Comentada*, 2.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2016.
- LOPES, DULCE/PATRÃO, Afonso – "A lei da mediação e um caso concreto: a realidade e as regras", *CENOR. Cadernos do Centro de Estudos Notariais e Registrais*, n.º 3, 2014, pp. 235-289.
- VEZZULLA, Juan Carlos – *Mediação: teórica e prática, guia para utilizadores profissionais*, 2.<sup>a</sup> ed., AgoraComunicação, 2005.

### OBRAS GERAIS

- GOUVEIA, Mariana França – *Curso de resolução alternativa de litígios*, 3.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2018;

### TRANSAÇÃO (GERAL)

- FONSECA, Tiago Soares da – *A transação na litigância extrajudicial e judicial*, Gestlegal, Coimbra, 2018.

**Obs.:** Serão indicadas leituras adicionais nas aulas, assim como jurisprudência.

### Legislação (principal)

- Lei da Arbitragem Voluntária
- Lei da Mediação
- Código de Processo Civil
- Código Civil

FONSECA, Tiago Soares da – *Resolução alternativa de litígio de consumo, Legislação, regulamentos dos centros de arbitragem*, AAFDL Editora, Lisboa, 2022

### Sítios da Internet

<http://curia.europa.eu> - Tribunal de Justiça da União Europeia  
<http://globalarbitrationreview.com/> - Global Arbitration Review  
<http://investmentpolicyhub.unctad.org> - UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development)  
<http://kluwarbitrationblog.com/> blog kluwarbitration  
<http://kluwarbitration.com/> - Kluwer Arbitration  
<http://www.arbitration-ch.org/en/home/index.html> - Swiss Arbitration Association  
<http://www.arbitrage.org> - Chambre Arbitrale Internationale de Paris  
<http://www.arbitragem.pt> - Associação Portuguesa de Arbitragem  
<http://www.arbitration-icca.org/> - International Council for Commercial Arbitration  
<http://www.centrodearbitragem.pt> - Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CAC)  
<https://www.cimpas.pt/pt> - Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem de Seguros (CIMPAS)  
<http://www.dgpi-mi-pt/sections/gral> - Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios  
<http://www.dgsi.pt> - Bases Jurídico-Documentais: IGFEJ (Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça)  
<http://www.disarb.org/> - Deutsche Institution für Schiedsgerichtsbarkeit



<http://www.gafta.com/arbitration> - Gafta 's Arbitration Services  
<http://www.icc-france.fr> - ICC France  
<http://www.iccwbo.org> - International Chamber of Commerce  
<http://www.lcia.org> - London Court of International Arbitration  
<http://www.newyorkconvention.org/> - Convenção de Nova Iorque  
<http://www.sccinstitute.com> - Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce  
<http://www.siac.org.sg/> - Singapore International Arbitration Centre  
<http://www.uncitral.org> - UNCITRAL  
<http://www.yar.com.pt/> - Young Arbitration Review  
<http://www.arbitrare.pt> - Centro Arbitrare  
<https://documents-dds-ny.un.org/> - Official Documents System of the United Nations  
<https://iccwbo.org/> - International Chamber of Commerce  
<https://pca-cpa.org/> - Cour Permanent d'Arbitrage/ Permanent Court of Arbitration  
<https://portal.oa.pt/comunicacao/publicacoes/revista> - ROA  
<https://treaties.un.org> - United Nations Treaty Collection  
<https://www.adr.org> - American Arbitration Association  
<https://www.ibanet.org> - International Bar Association